

1

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª. EMISSÃO PARA OFERTA PÚBLICA DE DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA RIPASA S/A CELULOSE E PAPEL

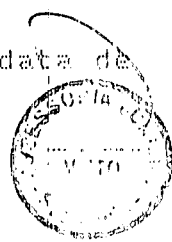
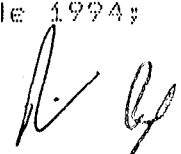
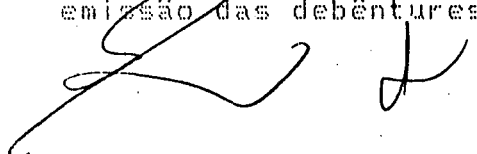
Pelo presente instrumento particular, de um lado Ripasa S/A Celulose e Papel, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, no Largo São Bento, 64, 4º. andar, devidamente inscrita no CGC/MF sob o nº. 51.468.791/0001-10, neste ato representada na forma de seus Estatutos Sociais, doravante denominada simplesmente EMISSORA, com interveniência da Aporte DTVM Ltda., com sede na cidade de São Paulo, SP, na Rua do Tesouro, 47 - 3º. andar, devidamente inscrita no CGC/MF sob o nº 62.090.873/0001-90, doravante simplesmente denominado AGENTE FIDUCIÁRIO, vem, em conformidade com o deliberado pela Assembléia Geral Extraordinária de 04.11.94, devidamente arquivada na JUCESP sob nº. 167.838/94-5, em 08.11.94, emitir publicamente, como de fato emitidas tem, debêntures conversíveis em ações preferenciais sem direito a voto. A emissão das debêntures, com as características a seguir discriminadas, será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante designada CVM, na forma das Leis nº.s 6385 de 07.12.96 e 6.404 de 15.12.76, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

1. Montante da Emissão = o valor total da emissão será de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), na data da emissão;

2. Quantidade de Títulos e Valor Nominal Unitário - serão emitidas 4.000 (quatro mil) debêntures, conversíveis em ações preferenciais, sem direito a voto, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

3. Série - a emissão será feita em série única;

4. Data de Emissão - para todos os efeitos legais a data de emissão das debêntures será o dia 1º de outubro de 1994;



5. Data de Vencimento - as debêntures terão prazo de 04 (quatro) anos, contados a partir da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de outubro de 1998.

6. Forma e Conversibilidade das Debêntures em Ações - as debêntures desta emissão serão escriturais e poderão ser convertidas em ações preferenciais da Emissora à opção dos debenturistas de acordo com o seguinte cronograma: cada debênture resultará em a) 31.250 (trinta e um mil, duzentas e cinquenta) ações preferenciais, para o pedido de conversão concretizado desde a data da subscrição até 28.02.96; b) 25.000 (vinte e cinco mil) ações preferenciais, para o pedido de conversão concretizado entre 01.03.96 a 30.04.97; c) 21.978 (vinte e um mil, novecentas e setenta e oito) ações preferenciais, para o pedido de conversão concretizado entre 01.05.97 a 01.10.98; **6.1.** - os debenturistas exercerão a opção de conversão da seguinte forma: **6.1.1.** - as debêntures subscritas no prazo para o exercício do Direito de Preferência, concedido aos acionistas, serão convertidas através do comparecimento dos debenturistas nas agências de atendimento da Instituição Depositária, Banco Itaú S/A; **6.1.2.** - as debêntures subscritas na distribuição pública exercerão a opção de conversão por meio de carta registrada, com aviso de recebimento, telex ou fax-símile a ser enviada à instituição participante, que por sua vez efetuará a conversão junto ao SND/CETIP. A solicitação de conversão deverá conter o nome do debenturista e a quantidade de debêntures que deseja converter; **6.1.3.** - para todos os efeitos legais, considerar-se-á como data de conversão a data da entrega da Solicitação de Conversão à instituição financeira depositária e/ou participante; **6.1.4.** - as ações preferenciais resultantes da conversão serão colocadas à disposição de seus titulares em até 03 (três) dias úteis após a data de entrega da Solicitação de Conversão; **6.2.** - as ações decorrentes da conversão, terão as mesmas características e condições e farão jus aos mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidas às ações preferenciais e farão jus às bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da Emissora relacionados com aquelas ações, a partir

da data de recebimento da Solicitação de Conversão; 6.3. - as ações oriundas da conversão farão jus a dividendos integrais do exercício em que ocorrer a Solicitação de Conversão; 6.4 - os aumentos de capital, decorrentes da conversão de debêntures em ações, serão realizados mensalmente, observada a forma estabelecida no Inciso III do Art. 166 da Lei nº. 6404/76 e no Estatuto Social da Emissora; 6.5 - a quantidade de ações estipulada no item 6., será ajustada sempre que houver aumento de capital por bonificações, desdobramento ou grupamento de ações e na mesma proporção estabelecida para tais eventos; 6.6. - sempre que a Emissora aumentar o seu capital social por oferta pública e/ou privada de novas ações, emitir debêntures conversíveis em ações preferenciais, ou ainda, bônus de subscrição, os debenturistas desta emissão terão o direito de converter suas debêntures em ações preferenciais pelo preço de subscrição das ações (ou preço das novas debêntures ou preço de exercício de bônus de subscrição) relativas ao aumento de capital, durante o prazo para exercício de direito de preferência na subscrição das novas ações. 6.6.1. - as frações de ações, apuradas na data de entrega da solicitação de conversão, serão devidas em espécie, nessa mesma data, devendo o seu efetivo pagamento ser realizado até o sexto dia útil subsequente, atualizado monetariamente conforme previsto no item 8 deste Instrumento; 6.6.2. - o pedido de conversão, o qual deverá ser formulado perante a instituição financeira depositária, Banco Itaú S/A e/ou Instituição Participante, terá caráter irrevogável;

Z. - Espécie - as debêntures terão garantia flutuante, com privilégio geral sobre o ativo da Emissora;

8. - Atualização Monetária - as debêntures terão seu valor nominal atualizado monetariamente a partir da data de emissão, segundo a variação acumulada do IPC-r, divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). A apuração da atualização monetária para eventos em datas que não coincidam com o 1º dia útil de cada mês, será feita mediante a utilização do IPC-r, relativo ao mês anterior, de forma "pró-rata temporis", por dias decorridos desde o 1º dia do mês até o dia do evento; 8.1. - se,



pela superveniência de normas legais ou regulamentares vier a ser permitido e/ou não mais vedado expressamente a correção monetária pelo índice de Preços ao Consumidor em Real (IPC-r), em periodicidade inferior a 12 (doze) meses, será a mesma automaticamente aplicável, independentemente de qualquer formalidade ou ajuste, sendo certo que os valores passarão a ser corrigidos dentro do menor período de correção admitido legalmente, de acordo com os índices de correção monetária acima dos previstos; 8.2. - caso seja extinto o IPC-r ou se, pela superveniência de normas legais ou regulamentares, este não mais puder ser utilizado como índice de atualização monetária nas emissões de debêntures, ou ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas emissões, passará a ser utilizado em substituição o índice determinado em lei, ou na sua ausência um índice de preços que reflita a perda de valor da moeda no tempo aprovado em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o que dispuser a legislação em vigor;

9. Juros Remuneratórios - as debêntures vencerão juros remuneratórios de 13% (treze por cento) ao ano, a partir da data de emissão, computados na base de 360 (trezentos e sessenta) dias incidentes sobre o seu valor nominal atualizado na forma estabelecida no item 8 deste Instrumento, pagos anualmente em cada aniversário das debêntures, ou seja, 1º.10.95, 1º.10.96, 1º.10.97 e no vencimento em 1º.10.98;

10. Prêmio - as debêntures farão jus a um prêmio a ser pago nas mesmas datas do vencimento antecipado de aquisição facultativa ou de amortização do principal na data do vencimento (resgate obrigatório), equivalente a diferença positiva, se houver, entre os termos da seguinte fórmula: $PN = (VN \times IC \text{ fat}) - VNA$, onde: PN = prêmio "n", expresso em reais, a ser pago, por debênture, em conjunto com as aquisições facultativas, vencimento antecipado e resgate obrigatório, no vencimento das debêntures; VN = valor nominal na data de emissão, ou seja, R\$ 10.000,00 (dez mil reais); IC fat = fator acumulado do índice de Correção do Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT, data-base dia 01, apurado desde a data de emissão até a data de pagamento do prêmio; VNA: valor nominal



atualizado na forma do item 8 supra, até a data de pagamento do prêmio. O prêmio não será devido na hipótese de conversão das debêntures.

11. Procedimentos de Distribuição Primária - será adotado o procedimento diferenciado para a distribuição pública das debêntures, referido no art. 33 da Instrução CVM nº. 13/80, de modo que as Instituições participantes da presente emissão efetuarão a colocação de seus respectivos lotes mediante atendimento a seus clientes, preferencialmente, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos; **11.1** - as debêntures desta emissão deverão ser colocadas no prazo máximo de 2 (dois) meses, contados a partir da data do início do direito de preferência conferido aos acionistas; **11.2.** - a presente emissão destina-se à distribuição por subscrição pública, motivo pelo qual será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, nos termos da lei; **11.3.** - a colocação pública das debêntures só terá início após: a) ter sido arquivada no Registro do Comércio e publicada a presente Ata que deliberou sobre a emissão; b) ter sido inscrita no Registro de Imóveis da sede da companhia o Instrumento Particular da Escritura de Emissão; c) ter sido deferido pela CVM, o pedido de registro de emissão; d) terem sido observadas todas as demais formalidades legalmente exigidas para que possa ser feita a colocação;

12. Direito de Preferência - os acionistas terão assegurada nos 30 (trinta) dias que seguirem à publicação do competente aviso, preferência à subscrição das debêntures objeto desta emissão, na proporção da participação de cada um deles no Capital Social da Emissora; Assim, cada 278.027,891 (duzentas e setenta e oito mil, vinte e sete, oitocentas e noventa e uma frações) ações terão direito a subscrever 1 (uma) debênture;

13. Preço da Subscrição - para os efeitos da presente emissão de debêntures o preço de subscrição das debêntures será o seu valor nominal atualizado monetariamente, conforme item 8., acrescido de juros e prêmio, conforme itens 9 e 10 deste Instrumento, calculados de forma "pró-rata temporis", desde a data de emissão até a data de subscrição. As debêntures serão integralizadas à vista no ato da subscrição;



14. Negociação - a emissão será registrada para negociação no mercado secundário, através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, conforme Instrução Normativa - SRF nº. 56/88;

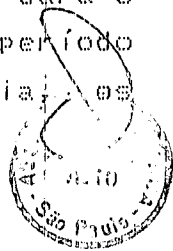
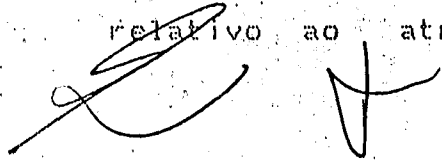
15. Publicação na Imprensa - todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, deverão ser publicados através dos seguintes órgãos de imprensa: Diário Oficial do Estado de São Paulo e Jornal Gazeta Mercantil, em prazos tais que permitam aos debenturistas o acompanhamento das ocorrências da vida da debênture;

16. Local de Pagamento - os pagamentos referentes ao principal e rendimentos, a que fazem jus as debêntures desta emissão, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pelo CETIP, ou na instituição financeira depositária, Banco Itaú S/A, na hipótese do debenturista não estar vinculado a este sistema;

17. Prorrogação dos Prazos - considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos;

18. Juros de Mora - ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, além da atualização monetária e dos juros remuneratórios, tal como estabelecido nos itens 8 e 9 deste Instrumento, calculados desde a data de inadimplência até a data de efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial;

19. Decadência dos Direitos aos Acréscimos - sem prejuízo do disposto no item anterior, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas neste Instrumento, não lhe dará o direito ao recebimento de juros e atualização monetária no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados todavia os



direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento;

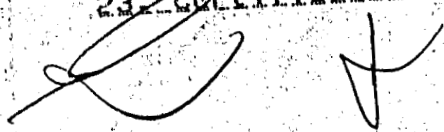
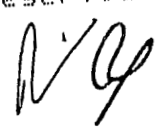
20 - Vencimento Antecipado - o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações, objeto desta emissão, e exigir o imediato pagamento pela Emissora das debêntures em circulação, pelo valor nominal, atualizadas monetariamente "pro-rata-temporis" até a data de seu efetivo pagamento, acrescidas de juros calculados exponencialmente por dias decorridos e prêmio mediante carta protocolada com 10 (dez) dias de antecedência, na ocorrência dos seguintes eventos: a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora; b) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora; c) decretação de falência da Emissora; d) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação prevista neste Instrumento, não sanada em 30 (trinta) dias, contados do aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário; e, e) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora, previstas neste Instrumento;

20.1. Resgate Obrigatório : a Emissora resgatará obrigatoriamente a totalidade das debêntures na data do seu vencimento, ou seja, no dia 01.10.98;

21 - Aquisição Escultativa - a Emissora poderá a, qualquer tempo, adquirir no mercado debêntures em circulação, por preço não superior ao de seu valor nominal atualizado acrescido de juros remuneratórios e prêmio, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76. As debêntures, objeto deste procedimento, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou serem novamente colocadas no mercado;

22 - Obrigatoriedade de Registro do Instrumento Particular - Este Instrumento, firmado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, especialmente designado para representar os interesses dos titulares das debêntures, deverá ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis da sede da Emissora no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de realização da AGE convocada para deliberar a presente emissão pública de debêntures;

23 - Certificados - em se tratando de debêntures escriturais não


serão emitidos certificados, sendo que as mesmas serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, junto a instituição depositária, Banco Itaú S/A, especialmente contratada para este fim;

24. Tolerância - a eventual tolerância dos debenturistas diante do descumprimento pela Emissora da obrigação assumida nesta emissão, não importará em novação ou precedente que por alguma forma a exonere de efetivar a prestação;

25. Obrigações Adicionais da Emissora - a Emissora está adicionalmente obrigada a:

25.1. - Fornecer ao Agente Fiduciário:

25.1.1. - dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social;

25.1.2. - imediatamente, qualquer informação disponível que lhe venha a ser solicitada;

25.1.3. - as informações pertinentes à Instrução CVM nº 202/93, com a mesma periodicidade do envio destas informações à CVM;

25.2. - submeter, na forma da lei, suas contas e balanços para exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;

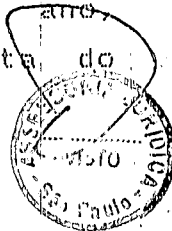
25.3. - manter sempre atualizado o registro de Companhia Aberta na CVM, e fornecer aos seus debenturistas as Demonstrações Financeiras previstas no art. 176 da Lei nº 6404/76;

25.4. - manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar Instituições Financeiras autorizadas para que prestem este serviço;

26. Do Agente Fiduciário - a Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário, objeto desta emissão, a Aporte DTVM Ltda, para, nos termos da legislação vigente, representar perante a Emissora os interesses dos titulares das debêntures;

26.1. - o Agente Fiduciário deverá declarar, sob as penas da lei, que não tem qualquer impedimento legal para exercício das funções a lhe serem conferidas, conforme estipula o Art. 66 da Lei 6404/76 e a IN-CVM 28/83;

26.2. Remuneração - a remuneração do Agente Fiduciário é fixada em R\$ 8.470,00 (oito mil, quatrocentos e setenta reais) por ano, pagável da seguinte forma: a) para o primeiro ano na data do



primeiro anúncio da oferta pública, b) os demais pagamentos serão feitos na mesma data dos anos seguintes, corrigidos desde a data da emissão pelo IPC-r até o efetivo pagamento ou pelo índice que eventualmente a substitua; na eventualidade de vir o Agente Fiduciário, por qualquer motivo, a ser exonerado de suas funções, a parcela de honorários será paga "pró-rata-temporis", relativamente ao período de sua exigibilidade;

26.3. Substituição - nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário, a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 08 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá a Emissora efetuarla;

26.3.1. - na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição;

26.3.2. - é facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e a indicação de seu eventual substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim;

26.3.3 - a substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à Comissão de Valores Mobiliários - CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º. da Instrução CVM nº 28, de 23.11.83 e eventuais normas posteriores;

26.3.4 - a substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento ao Instrumento Particular, referido no item 22 deste Instrumento, devendo o mesmo ser averbado no Registro de Imóveis no qual foi registrado aquele Instrumento Particular;

26.4. Deveres do Agente Fiduciário - O Agente Fiduciário cumprirá os deveres que lhe são próprios na forma da Lei, dos regulamentos e instruções expedidas pela CVM, observando especialmente o que



segue: a) o Agente Fiduciário elaborará anualmente o Relatório de que trata o Art. 68, parágrafo 1º., "b", da Lei 6404/76, devendo colocá-lo à disposição dos debenturistas na sede social da Emissora, sendo certo que os debenturistas serão cientificados deste ato através de anúncios publicados às expensas da Emissora, nos jornais citados no item 15; b) à propósito da notificação que trata o art. 68, parágrafo 1º., "c" da Lei 6404/76, o Agente Fiduciário poderá promovê-la da mesma forma do sub-item anterior; c) a Emissora se obriga a fornecer ao Agente Fiduciário todos os elementos de que ele necessite para o exercício da função;

26.5. - o Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura do Instrumento Particular, referido no item 22 deste Instrumento, ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até efetiva substituição;

27. - Da Assembléia dos Debenturistas - os titulares das debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia, a fim de deliberarem sobre qualquer matéria de interesse dos debenturistas;

27.1. - a Assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos títulos em circulação, ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM);

27.2. - aplicam-se à Assembléia de debenturistas, no que couber, as regras estabelecidas no art. 124 da Lei 6404/76 para a Assembléia Geral dos Acionistas da Emissora;

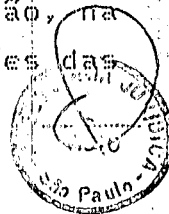
27.3. - a Presidência da Assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das debêntures ou aquele que for designado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM;

27.4 - em qualquer caso, o Agente Fiduciário comparecerá a Assembléia dos debenturistas, prestando-lhes as informações que lhe forem solicitadas;

27.5. - a Assembléia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação e, segunda convocação com qualquer número;

27.6. - na deliberação da Assembléia cada debênture terá direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não, na forma da lei;

27.7. - quaisquer modificações, nas condições das



debêntures, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação;
27.8. - para efeito da constituição do quorum a que se refere o parágrafo anterior, serão excluídas do número de debêntures as pertencentes à Emissora;

28. Foro - Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo - Centro como competente para dirimir qualquer controvérsia ou questão resultante da presente emissão de debêntures.

E assim, estabelecidas as condições que regerão a emissão de debêntures, a Emissora e o Agente Fiduciário firmam o presente Instrumento Particular de Escritura da Emissão para Oferta Pública de Debêntures Conversíveis em Ações da Ripasa S/A Celulose e Papel, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Ana Elias Jogi *Romão Albati Jokin*
São Paulo, 08 de novembro de 1994.

20° 4360

FIRMA RECONHECIDA

PAULO ROBERTO PASIAN

FIRMA RECONHECIDA

MAURICIO POLACOW

APORTE DIUM LTDA

TESTEMUNHAS

1. NOME: IVO OQUENDO

RG: 5654922

CPF/MF: 196.487.408-44

2.

NOME: MAURÍCIO RIVERA COIMBRA

RG: 12514092

CPF/MF: 011880808-73

FIRMA RECONHECIDA

8. CARTÓRIO DE NOTAS DE SÃO PAULO
R. 3 de Dezembro, 50 São Paulo - F. 229-03-22
RECONHEÇO por semelhança as firmas de:
PAULO ROBERTO PASIAN, MAURICIO POLACOW.,
MAURICIO RIVERA COIMBRA,
SÃO PAULO, 09 de Novembro de 94
Pago R\$***2,82 EM TEST. DA VERDADE
JOAO CARLOS TOBIAS
123402/03089914578720

20° TABELONATO DE NOTAS
SÃO PAULO - SP